



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Nº03/2020

O Município de Pejuçara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.566.188/0001-18 com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 597, Pejuçara/RS – CEP 98.270-000, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução CONSEMA nº 372/2018 e Lei Complementar nº 140/2011, e baseado na Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, e nas Leis municipais vigentes, e com base nos autos do processo municipal nº 156/2020, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO** nas condições e restrições abaixo especificadas:

EMPREENDEDOR:

EDSON IVAN HELLER BRANDEMBURG – CPF 656.059.690-72

VERA LUCIA HELLER BRANDEMBURG – CPF 427.483.130-20

ENDEREÇO: LINHA CAMBARÁ - INTERIOR

MUNICÍPIO: PEJUÇARA/RS

CODRAM: 111,41

PORTE: MÍNIMO

POTENCIAL POLUIDOR: ALTO

Relativo à atividade de IRRIGAÇÃO PELO MÉTODO DE ASPERSÃO OU LOCALIZADO COM BARRAGENS, com área de bacia de acumulação de 5,96 hectares, localizada na Linha Cambará, interior do município de PEJUÇARA-RS, sob as coordenadas geográficas Lat: -28.4602° e Long: -53.6517°.

Projeto Técnico:

ROQUE ZAMBERLAN VILLANI – TÉCNICO AGRÍCOLA EM AGROPECUÁRIA - CRTA 38407310034 – TRT Nº BR20200960424

COM AS SEGUINTESS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Esta licença autoriza a operação de sistema de irrigação pelo método de aspersão ou localizado com barragens, dotado de dois açudes de 5,62 e 0,01 hectares, respectivamente, construídos fora dos limites de área de preservação estabelecidos pela Lei Federal nº12.651/2012, sob as coordenadas -28.4588° - 53.6499° e -28.4598° -53.6514° , e 01 captação direta no Arroio Tabão com a instalação de uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

barragem/levante e sistema de bombeamento sob coordenadas -28.4603° e -53.6517° , as quais totalizarão uma bacia de acumulação de 5,96 hectares.

2. O sistema de irrigação por aspersão a ser instalado sobre a área será dotado dos seguintes equipamentos:

	Tipo de Equipamento	Área Irrigada (Ha)	Latitude	Longitude
1.	Pivô central 1	100,43	-28.452877°	-53.643271°
2.	Pivô central 2	68,36	-28.445833°	-53.636867°
3.	Pivô central 3	44,99	-28.447861°	-53.652042°
4.	Pivô central 4	48,12	-28.453462°	-53.654623°
5.	Pivô central 5	18,70	-28.446983°	-53.653912°

3. Todos os produtores envolvidos com o licenciamento desse empreendimento (proprietários, arrendatários/parceiros ou outros) deverão obedecer aos termos, condições e restrições impostos nesta licença.

4. O sistema de irrigação será utilizado em lavouras de milho, soja, feijão, trigo e pastagem pelo método de aspersão.

5. Esta licença só terá validade acompanhada da Outorga de Direito de Uso da água em vigor para todos os pontos de captação ou documento com mesmo valor perante a legislação ambiental. Ressalta-se que a emissão desta licença foi amparada pelos cadastros do SIOUT 2019/005.083-7, 2019/007.077-5, 2019/005.139-9, 2020/017.495-1, 2019/005.148-7, 2019/005.136-6, 2020/017.501-1, 2020/017.392-2, 2020/017.399-1, os quais de acordo com a Instrução normativa SEMA nº01/2020 dispensam a necessidade de obtenção da outorga, exclusivamente para fins de financiamento e de licenciamento ambiental nos processos de irrigação.

6. A água a ser utilizada no sistema de irrigação, será proveniente de açudes e tubulação de captação direta já construídos, conforme cadastrado no sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT), devendo ser dado sequência nos processos até a obtenção da outorga de uso de água.

7. Esta licença não autoriza a ampliação da área alagada das barragens, intervindo em área de preservação permanente, nem a construção de novas barragens.

8. O empreendimento não poderá ocupar as Áreas de Preservação Permanente (APP) definidas na Lei Federal nº 12.651/2012 e Lei Estadual nº 15.434/2020 e nº 9.519/1992, devendo ser mantidas e preservadas todas estas áreas, bem como a vegetação existente dentro dos limites das mesmas.

9. As áreas de preservação permanente referente as margens dos recursos hídricos deverão ser preservadas conforme a legislação ambiental em vigor e conforme o cadastro ambiental rural da propriedade.

10. As casas de máquinas e demais infraestruturas necessárias, deverão ser construídas fora de área de preservação permanente, devendo as mesmas serem construídas de forma a evitar possíveis contaminações ambientais ao solo e recursos hídricos, seja por vazamentos de óleos ou quaisquer outros fatores. Caso a casa de máquinas seja dotada de depósito de combustível, a mesma deverá possuir medidas de contenção, com sistema separador de água/óleo/lama.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

11. O empreendedor fica advertido que não poderá haver corte de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração sem o prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.
12. Deverão ser preservadas em qualquer situação, exemplares de espécies vegetais protegidas, conforme Lei Estadual nº 9519/92, Decreto Estadual nº 42.099/2002 e Lista de Flora ameaçada conforme instrução normativa nº 06/2008 do MMA.
13. No caso de haver necessidade de supressão de vegetação nativa, deverá haver cuidado de não isolar fragmentos, buscando a interligação destes para facilitar a formação de corredores ecológicos de no mínimo 60 metros de largura, sendo que matas ciliares e demais formas de vegetação em áreas de preservação permanente definidas em lei não podem ser suprimidas total ou parcialmente, conforme Art. 23 da Lei Estadual nº 9.519/1992; e que a vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em área definida no Decreto Estadual nº 36.636/1996, não pode ser cortada ou explorada, exceto nos casos previstos na Legislação, conforme Art. 38 da Lei Estadual nº 9.519/1992.
14. Não poderá ser utilizado fogo ou queimadas nas florestas ou demais formas de vegetação natural, conforme estabelecido no art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992.
15. É vetado o uso de capina química para construção ou manutenção de estradas ou canais.
16. As áreas irrigadas, ocupadas com a instalação dos pivôs centrais nº 01, 02, 03, 04 e 05 totalizam uma área de 280,60 hectares.
17. Deverão ser dispostas na propriedade, sinalizações indicativas quanto à proibição de caça, pesca e apreensão de animais silvestres.
18. Fica proibida a caça da fauna nativa com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas.
19. É proibida a utilização, perseguição, destruição, caça, ou apanha de animais silvestres, conforme Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967.
20. Deverão ser preservados os locais de refúgio, reprodução, alimentação e dessedentação da fauna.
21. Deverão ser adotadas medidas conservacionistas, com vistas a evitar a erosão do solo e o assoreamento dos recursos hídricos da região, no entorno e nos taludes laterais de todas as obras componentes do sistema de irrigação, constituído por canais/ levantes/ lagoas/ estradas/ barragens.
22. Não é permitido o uso ou a construção de qualquer obra que altere a hidrodinâmica do curso hídrico, tais como diques de contenção, atacados ou lagoões, sem a devida outorga expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH e a Licença de Instalação expedida pelo órgão ambiental competente.
23. Não poderá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos/ despejos nos recursos hídricos ou em áreas de uso agrícola e Áreas de Preservação Permanente.
24. Deverá ser instalada tela protetora na entrada da tubulação de sucção das bombas que evite a passagem de alevinos das espécies ocorrentes, conforme art 1º da Portaria nº 12-N do Ministério da Agricultura (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), de 7 de abril de 1982.
25. A aquisição e utilização de agrotóxicos deverá ser realizada mediante orientação técnica de profissionais devidamente habilitados, conforme Leis Federais nº 7.802/1989 e 9.974/2000.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

26. A aplicação aérea de agrotóxicos deverá ser efetuada por empresas licenciadas junto a FEPAM, devendo ser tomados cuidados em relação às condições atmosféricas, condições de vôo, etc., com vista a evitar danos a terceiros e resguardadas as distâncias previstas na legislação específica, de casas, estradas e recursos hídricos, devendo ainda, ter acompanhamento de responsável técnico. Ressalta-se que não poderá haver aplicação em áreas situadas a uma distância mínima de 1000 metros de povoação (cidades, vilas, bairros) e de mananciais de captação de água para abastecimento público; e de 250 metros de quaisquer mananciais de água, moradias isoladas, agrupamentos de animais de criação, capões de mata nativa e quaisquer outras áreas de culturas agrícolas e florestais que não sejam alvo da aplicação.
27. O armazenamento de combustíveis e produtos agroquímicos deverá atender as recomendações técnicas e as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente, e estar de acordo com as normas técnicas da ABNT n° 9843/87 e 1183/88, e com a Lei Estadual n° 9.921/93 e Decreto Estadual n° 38.356/98.
28. É proibido o abastecimento de máquinas e equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos, junto a quaisquer mananciais de água.
29. A água da lavagem dos pulverizadores deverá ser coletada para a reutilização ou para aplicação direta na lavoura.
30. No caso de utilização de agrotóxicos herbicidas, o empreendedor não poderá, em hipótese alguma, atingir ou danificar, mesmo que por deriva, as áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal.
31. Após o uso dos agrotóxicos, o usuário deverá fazer a tríplex lavagem das embalagens, para após efetuar a sua devolução, junto aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, ou nos estabelecimentos indicados por este ou pelo poder público local, no prazo de até um ano, contado a partir da data de compra, conforme estabelecido pelas Leis Federais n° 7.802/1989, 9.974/2000 e 10.305/2010.
32. Fica proibida a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual n° 9.921/93, art. 11, devendo as embalagens de agrotóxicos serem destinadas aos fabricantes do produto, conforme art. 6°, parágrafo 5°, da Lei Federal n° 7.802/89.
33. Caso a atividade utilize óleos lubrificantes, as embalagens plásticas deverão ser devolvidas nos pontos de venda, para que sejam encaminhadas para os fornecedores que deverão dar a destinação final, conforme estabelece a Lei Federal n° 10.305/2010.
34. O local da troca de óleo lubrificante deverá possuir bacia de contenção sobre piso de concreto, para armazenagem de óleo lubrificante usado em tonéis. A bacia de contenção deve ser calculada para conter todo o volume do(s) tonel(is), não sendo aceito tanque subterrâneo para armazenagem de óleo lubrificante usado, o qual depois de armazenado, deverá ser destinado a reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA n° 362/2005, art. 1º, 3º e 12º.
35. É proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas a reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas) conforme Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2013.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

36. A pista de abastecimento de veículos deverá possuir piso impermeável na área de abastecimento de veículos e máquinas, com drenagem periférica (sem possibilidade de infiltrações para o subsolo) conectada com caixa separadora de água/óleo e se localizar fora de área de preservação permanente.
37. O abastecimento dos tanques de combustíveis só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental na FEPAM.
38. A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo.
39. Deverá ser mantida a jusante da barragem a vazão mínima para manutenção da vida aquática e de outros usos da água existentes.
40. Para as obras de implantação ou manutenção do sistema de irrigação, caso seja necessário a redução do nível de água do açude/barragem, o esvaziamento deverá ser feito gradualmente de modo que não altere abruptamente a vazão do afluente receptor das águas.
41. Fica o empreendedor autorizado a realizar obras de manutenção de barragens e canais, de forma a evitar o assoreamento, erosões, e rompimento, visando garantir a segurança do sistema de irrigação.
42. Em caso de conflitos de uso de água, com redução drástica da vazão de rios/sangas/arroios de onde ocorre a captação de água, seja esta proveniente de secas ou captações irregulares, a captação deverá ser cessada imediatamente, devendo o órgão ambiental competente ser informado para tomar as devidas providências para regularização da situação.
43. Os sistemas adutores ou de distribuição, estações de recalque, tubulações e demais infraestruturas necessárias deverão ser devidamente dimensionados, de forma a evitar impactos ambientais durante a operação do empreendimento.
44. O empreendedor deverá manter atualizado o cadastro ambiental rural da área objeto desta licença, realizando a recuperação das áreas de preservação conforme acordado no Programa de Regularização Ambiental vinculado ao CAR n° RS-4314308-48DA.C8F0.248D.4A30.AB91.5A84.3154.2845, RS-4314308-9279.6A93.48F4.4CF4.AA5C.E07C.6807.F6F1, RS-4314308-E501.CFC7.547A.42D1.B9FD.77E7.38F2.1529.
45. Em caso de acidentes ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, o órgão ambiental municipal deverá ser comunicado imediatamente.
46. O proprietário deverá realizar a reposição florestal de **530** mudas de árvores nativas e o transplante de 32 indivíduos de jerivás até a data de 18/12/2020, conforme exigido na licença prévia e de instalação – Ampliação n° 02/2019.
47. Após a realização do plantio da reposição florestal, **deverá ser encaminhado ao Departamento de Meio Ambiente um relatório anual (até maio de cada ano), no período de quatro anos sobre o desenvolvimento das espécies**, sendo admitido no máximo 10% de falhas.
48. As taipas e taludes ao redor das barragens deverão ser monitoradas continuamente, bem como tomadas as medidas técnicas necessárias para a prevenção e contenção de processos erosivos e possível rompimento, devendo em caso de perigo de rompimento ser o órgão ambiental imediatamente comunicado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

49. De acordo com o artigo 11 da Resolução Consema 323/2016, açudes construídos fora de área de preservação permanente estão dispensadas do estabelecimento de faixa de preservação permanente, e nas barragens com bacia de acumulação superior a 1 ha (um hectare) até 2 ha (dois hectares) deverá ser constituída Área de Preservação Permanente correspondente à faixa definida para o mesmo trecho do curso d'água existente antes da obra pelas regras gerais ou transitórias da Lei Federal nº 12.651/2012, portanto, deverá o empreendedor manter a área de preservação permanente de 30 metros ao entorno do barramento/levante a ser construído junto ao Arroio Taboão.

50. O proprietário deverá em **90 dias**, instalar placa indicativa de licenciamento ambiental conforme modelo em anexo. Deverá também colocar placa indicativa da proibição de caça na propriedade;

Documentos a serem enviados para a renovação da licença de operação:

Documentos constantes na Resolução Consema 340/2017.

Documentos constantes no formulário municipal.

Havendo alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma a SEMADE, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima elencadas até 26/11/2024. Em caso de descumprimento de algum prazo estabelecido nesta Licença, a mesma perderá automaticamente a validade. Do mesmo modo, este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade, ou não sejam apresentados ao Departamento de Meio Ambiente os documentos que por ventura foram solicitados no ato de emissão desta licença.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local do Empreendimento para efeito de fiscalização.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:

26/11/2020 à 26/11/2024

Pejuçara/RS, 26 de novembro de 2020.

FELIPE OBERDORFER

Engenheiro Agrônomo e Licenciador Ambiental

EDUARDO BUZZATTI

Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

ANEXO I

Placa de Licenciamento (EMPREENDEMENTOS)

DEVERÃO SER DISPOSTAS EM LOCAL DE FÁCIL ACESSO E VISUALIZAÇÃO NO PRAZO DE 90 DIAS APÓS A CIÊNCIA DO LICENCIAMENTO.

PLACAS PARA DIVULGAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

A FIXAÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA EM LOCAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO (ENTRADA DO EMPREENDEMENTO).

DEVERÁ SER CONSTRUÍDA DE FOLHA DE ZINCO, PVC OU MADEIRA MONTADA.

DIMENSÃO DE 1,00M x 0,5 M

CORES:

- FUNDO VERDE MUSGO;
- FAIXA DO EMPREENDEMENTO EM BRANCO;
- LEGENDAS EM BRANCO NO FUNDO VERDE E EM PRETO NO FUNDO BRANCO;

EMPREENDEMENTO LICENCIADO PELO DEPARTAMENTO
MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DE ACORDO COM AS NORMAS DE
PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.

SEMADE

NOME DO EMPREENDEMENTO/ATIVIDADE

LICENÇA.....()n.º...../20.....

VALIDA ATÉ DEDE.....

Fale conosco 055-3377-1200



meioambiente@pejucara.rs.gov.br ou fiscalambiental@pejucara.rs.gov.br

MEDIDAS DAS FAIXAS

21 CENTIMETROS

18 CENTIMETROS

11 CENTIMETROS